

Repasses aumentaram, diz Parente

Secretário do Ministério da Fazenda admite situação difícil de Estados e municípios

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, reconheceu ontem a difícil situação financeira de Estados e municípios, mas garantiu que neste ano o repasse de recursos da União para governadores e prefeitos será 25% superior em termos reais (acima da inflação) ao total repassado no ano passado. Durante audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, ele defendeu a redefinição de encargos entre União, Estados e municípios e a prorrogação do Fundo Social de Emergência (FSE) por mais quatro anos.

Parente rebateu o argumento dos parlamentares e de dirigentes de associações municipalistas de que haverá uma perda de 7% do

repasso de recursos com a prorrogação do FSE. "O objetivo do governo não é reduzir o dinheiro que é repassado aos municípios, mas o equilíbrio das contas", disse. Ele prometeu que, o mais rápido possível, encaminhará à comissão um quadro comparativo sobre o total de recursos repassados antes e depois da vigência do FSE.

O deputado Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu o fundo, mas não escondeu suas dúvidas quanto à necessidade de o FSE vigorar por mais quatro anos. E insistiu que o governo deve adotar "uma válvula de escape" para as finanças das prefeituras. "O ajuste das contas públicas não deve ser feito às custas da insolvência dos municípios." *Boa parte dos parlamentares quer que o FSE dure por só mais um ano.*

O presidente da Associação Brasileira dos Municípios, Elcio

Gasparini, defendeu o repasse de parte dos recursos retidos pelo FSE para as prefeituras. "Se é para tirar de quem tem pouco para dar a quem tem muito, que pelo menos as prefeituras também se beneficiem", comentou. Parente ouviu as reivindicações e se manteve firme na afirmação de que Estados e municípios não irão perder receita e passou a defender a tese de

que, em algum momento, será necessária "uma discussão séria e cuidadosa" sobre uma nova base de formação de recursos dos Fundos de Participação de Estados e Municípios.

Hoje, estes fundos são constituídos

com a arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Segundo Parente, novos tributos formariam a base de cálculo, para reduzir os percentuais de repasses do IR e do IPI.

PREFEITOS
QUEREM
DINHEIRO
DO FSE